

Internacionalização da produção científica: a publicação de trabalhos de Ciências Humanas e Sociais em periódicos internacionais

José Luiz Fiorin¹

Resumo

Este texto, depois de mostrar uma série de dados sobre a participação brasileira na produção científica mundial e discutir a necessidade de internacionalizar o trabalho de pesquisa, volta-se para o exame das dificuldades de fazer circular, em âmbito internacional, o produto da investigação em Ciências Humanas e Sociais e, ao mesmo tempo, para a possibilidade de ampliar, com algumas políticas, a publicação de trabalhos brasileiros desse domínio do conhecimento em periódicos internacionais.

Palavras-chave: Produção científica brasileira. Circulação internacional. Artigos em periódicos.

The internationalization of scientific production: the publication of works in the human and social sciences in international journals

Abstract

In this text, I present data on Brazilian production in scientific research, and discuss the need to make this research work internationally known. After that, I examine the difficulties of internationalizing the results of research in Human and Social Sciences, and suggest policies that could help increase the publication, in international journals, of Brazilian works in those areas.

Keywords: Brazilian scientific production. International circulation. Articles in periodicals.

1. Doutor em Linguística pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Associado da USP. Membro do Conselho Deliberativo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Cidade Universitária, Av. Luciano Gualberto, 403 - Sala 16 - Bloco Novo - CEP: 05508-900 - São Paulo, SP. jolufi@uol.com.br

1. Introdução

Um dos problemas mais candentes que se apresenta hoje para o serviço público é o da avaliação. No caso das universidades, devem ser avaliados, fundamentalmente, dois aspectos: de um lado, a qualidade dos formados; de outro, a relevância da produção científica.

Nenhuma das duas faces da aferição da excelência de uma instituição universitária é fácil de ser feita, pois é preciso buscar um conjunto de indicadores indiretos que permita estimar, com segurança, o padrão do trabalho realizado nos diversos domínios do conhecimento nas diferentes instituições.

Quando se trata de apreciar o mérito da produção científica, um dos critérios considerados mais relevantes é o grau de sua internacionalização. É a inserção global que indica a participação de um país na produção científica mundial.

Preocupada com a matéria, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) resolveu discutir a questão. Solicitaram-nos que, no Seminário *Avaliar para Avançar*, discutíssemos as estratégias a utilizar para aumentar a circulação mundial dos resultados da pesquisa brasileira. Sugeriam-se duas ações possíveis: a) o incentivo a que todas as áreas tenham o seu *Brazilian Journal*; b) a realização de um concurso anual, por área, para definir os dez melhores artigos, cuja versão em inglês seria financiada pela Capes, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou pela Fundação de Amparo à Pesquisa (FAP), a fim de serem submetidos a revistas internacionais.

Como as Ciências Humanas e Sociais (CHS) apresentam peculiaridades, pretende-se, neste texto, discutir fundamentalmente o problema da internacionalização da produção nesse domínio do conhecimento.

2. Dados sobre a participação brasileira na produção científica mundial

Dois fatos são conhecidos de todos: a) a produção científica brasileira publicada em periódicos referenciados internacionalmente tem crescido significativamente; 2) apesar disso, é ainda

baixa se considerarmos o peso da economia nacional e o número de habitantes do País. Dados dos indicadores da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) de 2004, disponíveis no *site* da Agência, indicam que a participação brasileira no total de publicações científicas indexadas nas bases do Instituto para a Informação Científica (ISI) saltou de 1,1% em 1998 para 1,5% em 2002. O crescimento da produção científica brasileira foi da ordem de 54,2% no período, enquanto o da mundial indexada nessa base foi de 8,7%. Essa tendência de aumento significativo corrobora aquela que já ocorrera no período de 1995 a 1997 (cf. Indicadores FAPESP de 2002). Se observarmos a distribuição dessa produção por domínios do conhecimento, verifica-se que as publicações brasileiras se concentram nas áreas, segundo classificação adotada pela base, de Medicina, Física, Química, Botânica e Zoologia, Biologia e Bioquímica e Engenharia. Nota-se que há um expressivo aumento de publicações indexadas em certas áreas: por exemplo, 100% em Neurologia e Comportamento; 86% em Medicina; 82% em Química; 70% em Ciência dos Materiais e em Geociências.

A revista *Pesquisa FAPESP* publicou, em 2006, no artigo intitulado “Mais um degrau”, alguns dados muito interessantes. Em 2005, a produção científica brasileira foi 1,8% dos artigos publicados em periódicos indexados pelo ISI. Seu número saltou de 13.313 em 2004 para 15.777 em 2005. O Brasil manteve a 17.^a posição no ranking da produção científica dos diferentes países. Como nota Jorge Guimarães, Presidente da Capes, o Brasil, nos últimos cinco anos, avançou 49% e, a continuar nesse ritmo, poderá em três anos chegar ao 15.^o lugar, ultrapassando a Suíça e a Suécia. O artigo traz uma lista a partir de dados extraídos das bases do ISI. Nela aparecem a colocação e o nome do país, o número de artigos publicados em 2005 indexados nesse banco e a respectiva participação percentual na produção científica mundial: 1.^o Estados Unidos, 288.714, 32,7%; 2.^o Japão, 75.328, 8,5%; 3.^o Alemanha, 73.734, 8,4%; 4.^o Reino Unido, 64.913, 7,4%; 5.^o China, 59.361, 6,7%; 6.^o França, 52.236, 5,9%; 7.^o Canadá, 41.957, 4,8%; 8.^o Itália, 39.112, 4,4%; 9.^o Espanha, 29.038, 3,3%; 10.^o Austrália, 26.170, 3,0%; 17.^o Brasil, 15.777, 1,8%. O artigo nota ainda que os números referentes ao nosso País denotam um descompasso entre a produção científica e a aplicação tecnológica do conhecimento mensurada pelo número de patentes registradas. O Brasil não tem avançado no seu registro, permanecendo na 27.^a posição mundial da lista dos países que mais registram patentes.

Todos os especialistas são unânimes em apontar as causas do crescimento consistente da produção científica brasileira desde os anos 1980. De um lado, há um investimento continuado em pesquisa e pós-graduação no País, com o incremento e a descentralização dos programas por todo o território nacional e a melhoria acentuada da qualificação de seu corpo docente; de outro, a avaliação dos programas de pós-graduação realizada pela Capes e as exigências crescentes para atribuição de bolsas de Produtividade em Pesquisa do CNPq fizeram aumentar a produção científica do País e tornaram os pesquisadores brasileiros mais aguerridos na divulgação dos resultados de sua investigação.

Como observa o artigo da revista *Pesquisa FAPESP* supramencionado, se, ao invés de levar em conta o número absoluto de artigos, se fizesse uma classificação com base no número de publicações por habitantes do País ou dividido por sua renda *per capita*, haveria uma medida quantitativa do real esforço para a produção científica nacional, o que a classificação acima não mostra.

Com efeito, se considerarmos o peso da economia brasileira no mundo (14.^a) e o número de habitantes do País, verifica-se que ainda é baixa a participação do Brasil na produção científica mundial.

3. Internacionalização da produção científica

O que impulsiona o desenvolvimento científico e tecnológico são a cooperação e a internacionalização. É um truísmo afirmar que o conhecimento e a inovação têm um papel significativo no desenvolvimento dos diferentes países e, portanto, na melhoria das condições de vida de suas populações. No entanto, como cada sociedade não pode reinventar a roda, é imperioso que haja cooperação entre suas comunidades de pesquisadores. Por isso, os diferentes países têm uma preocupação muito grande com a internacionalização da produção científica. Vamos dar alguns exemplos aleatoriamente escolhidos:

1. O Plano Nacional de Ciência e Tecnologia (C&T) do Japão de 1996 tem uma seção dedicada a medidas para a internacionalização de sua produção científica (BALBACHEVSKY, 1998);

2. O governo italiano exige que os projetos que buscam suporte financeiro sejam apresentados em italiano e em inglês, para poderem ser avaliados por consultores internacionais e, assim, poder gerar parcerias com vistas à difusão mundial dos resultados da pesquisa (BALBACHEVSKY, 1998);
3. O Programa Operacional “Ciência, Tecnologia e Inovação” do Ministério de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal (2006) revela uma preocupação com a circulação internacional da ciência portuguesa².

2. Disponível no site do Ministério das Ciências, Inovação e Ensino Superior de Portugal: <www.mctes.pt/docs/ficheiros/Programa_Operacional_Ciencia_e_Inovacao_2010.pdf>

Por isso, é louvável a preocupação da Capes em pensar meios para incrementar a internacionalização da produção científica brasileira, pois ainda não há forma bem organizada, seja em nível governamental, seja nas universidades, de institucionalização da difusão de nossa ciência para fora de nossas fronteiras.

É importante ter em mente que a produção científica internacionalizada não corresponde ao total dos trabalhos produzidos no País. No entanto, quando se fala em peso da produção científica de cada nação, o que se leva em conta é aquela publicada em periódicos reconhecidos mundialmente, lidos, citados. Isso é medido por um conjunto de índices bibliométricos que, embora possam sofrer contestações, são aceitos, até agora, pela comunidade científica internacional. Duas são as formas tradicionais de mensurar os resultados da pesquisa de um país: a) número de artigos publicados em revistas internacionais; b) seu impacto, determinado por meio da contagem das citações de que foram objeto.

A geração de indicadores bibliométricos mais representativos e confiáveis só ocorreu nas últimas décadas do século XX, quando se criaram bases de dados informatizadas para o armazenamento e a consulta da informação bibliográfica. Dentre essas bases, destacam-se os índices trimestrais compilados pelo ISI: *Science Citation Index* (desde 1963), *Social Science Citation Index* (com início em 1973) e *Arts & Humanities Citation Index* (começando em 1978), reunidas no banco de dados *Web of Science*. O ISI tornou disponível o acesso a indicadores bibliométricos sobre parte significativa da produção científica mundial e ainda incentivou sua utilização na avaliação da produtividade em C&T (FONSECA,

1978, p. 11). No Brasil, os dados dessas bases têm sido usados com frequência para avaliação do que produzem pesquisadores e instituições.

No banco de dados *Web of Science*, em que estão indexadas 8.000 revistas, nas três bases supracitadas, estavam registradas, em 2005, 21 revistas brasileiras. Para efeito de comparação, note-se que a base SciELO (Scientific electronic library online) tinha, em acesso no dia 16/2/2007, 175 revistas brasileiras indexadas. Em 2005, eram, segundo o *site* UNIFESP Virtual (Universidade Federal de São Paulo), os seguintes periódicos brasileiros referenciados na *Web of Science*:

- 1 – Anais da Academia Brasileira de Ciências;
- 2 – Arquivos Brasileiros de Medicina Veterinária e Zootecnia;
- 3 – Arquivos de Neuro-psiquiatria;
- 4 – Brazilian Archives of Biology and Technology;
- 5 – Brazilian Journal Chemical Engineering;
- 6 – Brazilian Journal of Microbiology;
- 7 – Brazilian Journal of Physics;
- 8 – Brazilian Journal of Medical and Biological Research;
- 9 – Dados: Revista de Ciências Sociais;
- 10 – Eclética Química;
- 11 – Estudos Ibero-americanos;
- 12 – Genetics and Molecular Biology;
- 13 – Journal of Brazilian Chemical Society;
- 14 – Memórias do Instituto Oswaldo Cruz;
- 15 – Pesquisa Agropecuária Brasileira;
- 16 – Pesquisa Veterinária Brasileira;
- 17 – Química Nova;
- 18 – Revista Brasileira de Psiquiatria;
- 19 – Revista Brasileira de Zootecnia;
- 20 – Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical;
- 21 – Revista Brasileira de Saúde Pública.

Uma das poucas fontes multidisciplinares com dimensão comparável às bases do ISI é o banco de dados bibliográficos Pascal, que publica a *Bibliographie internationale* (anteriormente *Bulletin signaletique*), disponível para consulta por computador desde 1973. É uma base que indexa, predominantemente, publicações de Ciências Naturais e de Tecnologia (MUGNAINI et al, 2004).

Evidentemente há um número significativo de bases disciplinares importantes. Elas atuam principalmente no domínio das Ciências Biológicas e Exatas.

A política do ISI não é fazer a indexação de um grande número de periódicos de cada domínio do conhecimento, mas procurar avaliar e selecionar os melhores de cada área para indexar. Os pré-requisitos para que um periódico seja analisado são: a) regularidade da publicação; b) diversidade internacional de autores que publicam e de autores citados; c) qualidade editorial (apresentação de informação bibliográfica, referências bibliográficas completas, afiliação dos autores, título e resumo descritivos); d) presença de título, resumo e palavras-chave em inglês; e) avaliação por pares para decisão de publicação de artigos (FARIA, 2001, p. 36).

As publicações que atendem a esses critérios são apreciadas com base nas citações, na Lei da Distribuição de Bradford e na Lei da Concentração de Garfield. A lei de Bradford diz que um número relativamente pequeno de periódicos publica a maioria dos resultados significativos da pesquisa científica³; a de Garfield tem o seguinte enunciado: as revistas que compõem o núcleo de uma área do conhecimento cobrem boa parte da dispersão de outros domínios e dessa maneira bastaria a uma base indexar os periódicos que compõem os núcleos de todos os campos do conhecimento para cobrir sua dispersão. Análises recentes mostram que 150 revistas são responsáveis por 25% dos artigos publicados e 50% dos citados; que 2.000 periódicos respondem por 85% dos artigos publicados e 95% dos citados. Evidentemente, tudo isso vale dentro dessa base (FARIA, 2001, p. 36-37).

Há controvérsias quanto aos critérios utilizados pelo ISI: se a avaliação é por citações, as revistas em inglês têm muito mais chances de ser indexadas. No entanto, essa questão não pode ser analisada à luz de nenhuma teoria conspiratória, pois ela é mais profunda: o problema não é do ISI, mas do fato de que o inglês é, realmente, a língua universal utilizada na comunicação científica. Em 1999, das 8.500 revistas indexadas no *Web of Science*, 3.200 eram dos EUA e 16 do Brasil (FARIA, 2001, p. 37).

Há, por outro lado, vários questionamentos acerca da validade do uso de bases, como as do ISI, por exemplo, para a aferição da produtividade científica de países em desenvolvimento (cf. FRAME, 1985; SAYÃO, 1996). Entre suas

3. A Lei de Bradford ou Lei da Dispersão, analisando a produtividade dos periódicos, permite estimar o grau de relevância das revistas de uma área. Em outras palavras, os periódicos que produzem o maior número de artigos sobre um dado tema constituem o núcleo de revistas de maior significado para um domínio do conhecimento. É nesse núcleo que se publicam os artigos verdadeiramente lidos e citados. Isso pode ser aferido por uma determinada equação (BROOKES, 1969).

limitações, uma das mais apontadas é a não indexação de grande número de revistas científicas desses países, oferecendo um perfil parcial da ciência neles produzida. Assim, essas bases não mostram toda a produção científica de um país, de uma instituição ou de um pesquisador. Elas não dão a ver nem mesmo uma amostra aleatória dela, mas sim de um exemplário organizado segundo os parâmetros dos que compilam os dados para esses bancos.

Teoricamente, para apresentar a realidade de produção científica do país, os indicadores bibliométricos deveriam ser extraídos de uma base de dados multidisciplinar nele construído, onde estivesse registrada toda a produção nacional considerada relevante. No caso do Brasil, não existe uma base bibliográfica suficientemente representativa para a produção de índices bibliométricos. De um lado, o SciELO, por exemplo, de que tanto se fala, é ainda pouco representativo, porque nele estão indexados apenas 175 periódicos com texto integral e acesso gratuito; de outro, a Plataforma do Currículo Lattes, do CNPq, registra todo o produto do trabalho dos pesquisadores brasileiros, mas não discrimina o que é e o que não é relevante e, além disso, padece de problemas de confiabilidade. Entretanto, se a questão se resumisse a ter uma base de dados confiável e representativa, o assunto poderia ser facilmente resolvido. O problema, porém, é a circulação. O que precisa ser lido necessariamente em todo o mundo? O que é relevante para a sociedade brasileira, mas não necessita circular em todo o mundo?

A questão de fundo não é a de discutir se a produção científica apresentada em bases de dados internacionais é ou não representativa do que se faz no país, mas a de estabelecer o que é relevante e como isso deve circular. Uma pesquisa de Castro (1985) sobre dados da Capes aponta que a maior parte da produção científica brasileira é veiculada por revistas nacionais, que se caracterizam pelo amadorismo, aparecimento irregular, existência apenas formal de conselhos editoriais etc⁴. Mostra que as revistas nacionais são voltadas para o público brasileiro, pois são editadas em português, focalizam apenas temas de interesse local e, por conseguinte, isolam a ciência brasileira do resto do mundo.

4. Parece que a situação não se alterou muito da época da pesquisa de Castro até os dias de hoje. Os periódicos continuam a proliferar, para que se cumpram, formalmente, as exigências de publicação. No entanto, a maior parte deles é absolutamente irrelevante. É preciso, porém, como se aponta no item 5, submeter nossos periódicos a uma real análise com índices bibliométricos confiáveis, para que se possa aferir sua relevância para uma determinada área do conhecimento.

4. Dificuldades para a internacionalização da produção em Ciências Humanas e Sociais (CHS)

A internacionalização está condicionada às especificidades de cada área, com suas diversas culturas de publicação. A discussão das singularidades dos domínios do conhecimento é rejeitada pelos colegas das ciências ditas duras. Por isso é necessário, de início, repudiar energicamente o discurso da diferença que apenas serve para encobrir deficiências.

A primeira questão a ser discutida é se é possível internacionalizar a produção em Ciências Humanas e Sociais nos mesmos níveis da de outros ramos do conhecimento. A resposta é não. No entanto, não basta isso. É preciso justificar essa afirmação. Para isso, vamos verificar a internacionalização dessa produção em outros países e discutir por que se afirma que não se pode fazer circular mundialmente a produção das CHS nos mesmos patamares de outros campos.

Observem-se alguns dados, extraídos do Observatório da Ciência e do Ensino Superior de Portugal, a respeito dos artigos indexados no ISI no período 1989 – 1998 (valores em %):

Área científica	Países			
	Portugal	União Européia	EUA+Canadá	Japão
Física, Química e Ciências da Terra	35,0	25,0	18,5	30,8
Ciências da Vida	22,6	31,1	31,1	33,6
Ciências Clínicas	7,78	17,4	15,3	11,5
Agricultura, Biologia e Ciências Ambiente	14,1	9,9	10,3	8,2
Engenharia, Computação e Tecnologia	16,6	10,1	10,9	14,7
Ciências Humanas e Sociais	3,8	6,5	13,9	1,2

Como se observa, apenas nos países de língua inglesa há uma internacionalização razoável da produção em Ciências Humanas e Sociais, o que não se pode levar em consideração, para efeitos de raciocínio, dado o fato de que os critérios do ISI, como se explicou acima, favorecem a indexação de revistas em inglês.

Dois fatores explicam isso: a) a cultura de publicação, em que se destaca, em primeiro lugar, a preferência por formatos editoriais distintos das publicações periódicas ou em série; e em segundo, a impossibilidade ou dificuldade de pôr o nome em trabalhos de orientandos ou de colegas; b) a natureza do objeto de estudo construído pelas CHS, que limita e circunscreve a dimensão externa do respectivo impacto, uma vez que o fato de tratar de temas relativos às realidades mais “locais”, de âmbito definido por fatores espaço-temporais específicos, justifica o reduzido interesse e o pouco empenho de sua difusão em escala internacional.

Nas CHS, embora os *papers* tenham relevância, o que de mais significativo se produz é veiculado por meio de livros, que apresentam uma reflexão de maior fôlego, mais amadurecida. Por isso, livros e capítulos de livros têm relevo igual ou maior do que artigos publicados em periódicos especializados. Observe-se, por exemplo, o papel que tiveram obras como *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda; *Formação da literatura brasileira*, de Antônio Candido; *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre e tantos outros. Para não citar apenas os antigos, pense-se na monumental *Gramática de usos do Português*, de Maria Helena de Moura Neves. Nesse caso é preciso considerar que, enquanto há canais institucionalizados para aparecimento em periódicos internacionais, não há processos oficializados de “submissão” de livros para publicação. Ademais, deve-se levar em conta que o interesse pelo histórico, pelo particular, pelo contingente e seu peso nos critérios editoriais são políticos. Têm, sem dúvida, maior importância para as pessoas em geral os processos sociais, a literatura, a língua dos países que têm maior significado político e econômico. Vejamos o caso da gramática mencionada acima. Ela sem dúvida tem nível internacional, mas dificilmente seria publicada em qualquer outro país, mesmo porque que interesse teria, para os falantes de outras línguas, a tradução de uma gramática? Ainda sendo uma obra extremamente inovadora do ponto de vista teórico ou metodológico, que importância teria para um não falante de um dado idioma uma gramática dessa língua? E, no entanto, a autora demorou longos anos para fazer seu trabalho.

Outra questão importante é o fato de que “o como se diz” tem uma importância equivalente “àquilo que se diz”. O texto tem tanto valor quanto o conteúdo que é veiculado. A qualidade textual tem um valor argumentativo muito significativo. Isso

porque as CHS, embora tenham uma metalinguagem rigorosamente definida, não operam com uma linguagem universal, mas com as línguas naturais. Desse fato decorrem duas conseqüências: preferência pelo trabalho individual e impossibilidade de apresentar-se como co-autor, pelo simples fato de ter orientado um trabalho. Só existe co-autoria em CHS quando os diferentes autores redigem conjuntamente o texto. Ora, todos sabem o quão penosa é a redação conjunta de qualquer texto, por mais simples que seja. Por isso, os acordos com universidades do exterior, na área de CHS, não produzem trabalhos em parceria com os colegas estrangeiros, embora esses convênios sejam extremamente relevantes, quer para que os trabalhos dos brasileiros sejam conhecidos no exterior, quer para elevar o padrão do que é produzido no Brasil.

Ademais, é preciso considerar a questão do idioma de veiculação. A língua não é um instrumento neutro de comunicação, mas é uma forma de conceber a realidade, de perceber o mundo. Por isso, não existe tradução perfeita das palavras de um idioma a outro. Se não há nenhuma dificuldade em traduzir os termos das ciências que operam com linguagens universais (brometo, sódio, pi, triângulo etc.), a mesma coisa não ocorre com as ciências que operam com as línguas naturais. Observe-se uma tradução de um filósofo grego ou alemão e note-se a quantidade de termos apresentados no idioma original, por não ter um correspondente exato em português. Recentemente, publicou-se uma tradução dos textos de Humboldt sobre língua e literatura e o subtítulo foi: *Língua, Literatura e Bildung*. Portanto, não é pacífico que tudo se possa publicar só em inglês. A língua de transmissão é um tema que merece profunda reflexão.

Se a publicação em CHS tem o livro como formato privilegiado (Renato Janine Ribeiro, em palestra na Universidade de Brasília – UnB), de acordo com notícia divulgada pela Assessoria de Comunicação Social (ACS) da Universidade em 14/04/2005, falava em crise do livro nas CHS, com as exigências de uma produção quantificada, que levava apenas à publicação artigos feitos mais velozmente; Emília Viotti, em entrevista à revista *Nossa História* (ano 1, n.º 11, setembro de 2004), chama a atenção para o fato de que não estão aparecendo pesquisas de maior fôlego na área de História, porque a pressão para produzir leva à preferência por temas que possam dar resultados mais rápidos, se a co-autoria tem exigências muito precisas, se a língua não é um mero

instrumento de comunicação, não se podem estabelecer para as CHS as mesmas exigências que se fazem para as Ciências Exatas e Biológicas: por exemplo, valorizar o número de *papers* que, na verdade, os orientandos escrevem. Enquanto nas Ciências Biológicas, por exemplo, um pesquisador sênior que dirige um laboratório pode ocupar um cargo que requeira tempo integral sem diminuir sua produção, isso é impossível, pelos motivos supramencionados, nas CHS.

Há um outro aspecto a considerar, que não é menos importante. Há domínios do conhecimento que têm interferência mais imediata na realidade nacional ou regional. Isso não é um elemento menor a levar em conta na geração do conhecimento. Estudar o comportamento do eleitorado brasileiro pode não ser relevante para publicar em nenhuma revista internacional, mas é um trabalho extremamente importante para discutir o funcionamento e o aperfeiçoamento de nossas instituições democráticas. Intervir no debate sobre a reforma do judiciário nacional pode não apresentar nenhum significado para uma publicação internacional, mas é capital para a melhoria da sociedade brasileira. Na área de Economia, atualmente, as revistas internacionais têm dado espaço apenas para o desenvolvimento de modelos matemáticos na economia (vejam-se os trabalhos dos pesquisadores brasileiros do campo da Economia que mais publicam em revistas internacionais). Como mostra o jornalista Luiz Nassif, especializado em Economia, em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, no dia 22 de maio de 2003, a partir do momento em que as publicações internacionais passaram a ser o único critério de avaliação da produção intelectual dos Programas de Pós-Graduação, houve um desinteresse pelo “estudo das características da economia brasileira para se fixar em um falso universalismo da teoria econômica, princípios econômicos, como se a última teoria em voga tivesse abolido as diferenças entre as diversas realidades econômicas e conquistado a universalidade”. Talvez nessa falta de pensamento teórico sobre a economia brasileira resida o fato de que não se vê a possibilidade de ter outra política econômica do que aquela que vem sendo seguida no Brasil nos últimos quinze ou vinte anos.

Os partidários da cobrança da publicação de *papers* em revistas estrangeiras têm argumentado que os teóricos que conceberam os grandes e pequenos paradigmas das Ciências, das Letras, da Filosofia e das Artes têm sua criação veiculada internacionalmente e que, portanto, em todas as áreas, a

veiculação pode ser idêntica. Há dois erros nesse raciocínio. O primeiro é considerar que tudo o que se produz em Ciências Humanas tem grande veiculação internacional. Embora os trabalhos em Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Letras, Linguística e Artes sejam em maior quantidade do que o que se faz em Ciências Físicas e Biológicas, só uma pequena parcela deles circula em todo o mundo, mesmo o que é produzido nos Estados Unidos, França e Inglaterra, países cuja produção tem, por uma série de razões históricas, grande inserção internacional. Cerca de 8% do que é feito nesses países tem difusão mundial. O que é realizado em Ciências Humanas em países como o Japão e a Coreia é praticamente inexistente em termos de circulação internacional. Por outro lado, a produção da ciência também é histórica e, por isso, grandes ou pequenos paradigmas em qualquer dos ramos do conhecimento, mesmo nas Ciências Exatas ou Biológicas, não têm sido concebidos em países periféricos e, aliás, nem nos países centrais, com muita frequência. Não se mudam os paradigmas científicos todos os dias. Portanto, sua criação não é exatamente critério de excelência. A norma de avaliação da ótima qualidade, aqui e no exterior, é uma ciência “média”, aquela que avança dentro de certo paradigma. Nesse nível, há sim diferença de veiculação entre os distintos ramos do saber.

A afirmação de todas essas coisas pode servir para o estabelecimento de uma verdadeira política de aumento da qualidade nas Ciências Humanas, com uma busca de padrões internacionais de excelência e uma procura de determinada inserção internacional, ou para a leniência corporativa, que enche a boca para afirmar nosso excepcional valor e não explicita jamais os parâmetros em que nos fundamos para a autolouvação. Sem definir esses padrões, o elogio em boca própria da produção na área ficará sendo, como diz velho anaxim, vitupério. A impossibilidade de estabelecer critérios únicos não quer dizer que não se possam determinar padrões de excelência internacional para todos os campos. No entanto, não é disso que trata este artigo e sim das possibilidades ou não de aumento de circulação internacional da produção brasileira em Ciências Humanas e Sociais.

5. A internacionalização da produção brasileira em Ciências Humanas e Sociais

Mesmo levando em conta todas as dificuldades e as especificidades apontadas acima, o número de artigos produzidos por pesquisadores brasileiros da área de CHS publicados em periódicos de real circulação internacional é muito baixo e pode ser aumentado. Tomemos alguns dados.

Na *Revista Parcerias Estratégicas*, do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, que tem como tema a *Memória da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação*, Elisa Pereira Reis e Paulo de Góes Filho, em artigo intitulado “As Ciências Sociais no Brasil”, dizem:

No que se refere à produção científica, a área de ciências sociais apresenta especificidades frente às demais áreas. Considerando o total de artigos publicados em periódicos indexados pelo ISI, nos últimos anos, a participação de artigos da área de ciências sociais, em nível mundial, é da ordem de 10%, sendo no caso brasileiro de apenas 3%. Os últimos dados disponíveis para a área de ciências sociais (Datacapes) referem-se ao ano de 1995 e revelam que naquele ano foram produzidas 5.260 publicações, incluindo artigos e capítulos de livros, dos quais 659 foram publicados no exterior. É perceptível a participação do Sudeste nesta distribuição. Apesar disso é digno de nota o fato de que nas três áreas consideradas “clássicas” houve uma redução, em números absolutos, do número de artigos publicados em periódicos estrangeiros (REIS; GOÉS, 2002, p.119).

Esses dados referem-se às Ciências Sociais no sentido em que habitualmente são entendidas no Brasil, isto é, Sociologia, Ciência Política e Antropologia. Parece um exagero considerar que 3% da produção brasileira divulgada nos periódicos indexados pelo ISI sejam da área de Ciências Sociais, porque, nos indicadores da FAPESP de 2002, os dados são completamente diferentes. Em 1999, para tomar um ano de um período em que havia expressivo crescimento anual da publicação de artigos em periódicos indexados nessa base de dados, mas ainda próximo daquele que tomaram os pesquisadores, os artigos de Ciências

Sociais correspondem a 1,0% da produção científica brasileira e os da rubrica outras (Educação, Ciências Sociais Aplicadas etc.) compreendem 0,4% do resultado da investigação nacional.

Talvez a diferença se deva ao fato de que os pesquisadores extraíram seus dados, como dizem logo abaixo, do Datacapex. Ora, nessa base está registrada toda a produção brasileira publicada no exterior, em todos os formatos, não somente em periódicos e em todos os veículos, não somente nos indexados pelo ISI. Isso significa que, embora se saiba que seu número é baixo, não temos dados minimamente confiáveis sobre a quantidade de trabalhos das CHS veiculados em periódicos de circulação internacional.

Todos esses problemas apontam para a necessidade de pôr em prática as seguintes políticas:

1. desenvolver estudos específicos sobre produção nacional em CHS veiculada no exterior, analisando os dados de outras bases bibliográficas, como, por exemplo, a base francesa *Francis*, e também fazer uma análise aprofundada das informações sobre publicações no exterior apresentadas no Datacapex, para saber exatamente a real inserção internacional desse campo do conhecimento;
2. constituir uma base bibliográfica nacional com ampla representatividade, para aferir a qualidade dos periódicos da área de CHS, com índices bibliométricos confiáveis (poder-se-ia expandir o SciELO, incentivando as revistas nacionais a buscar a indexação nessa base), já que no *Qualis* há critérios muito diferenciados de área para área;
3. estabelecer medidas sistemáticas e organizadas de apoio à divulgação internacional da produção científica de todas as áreas, mas principalmente do campo das CHS.

Entre essas medidas, poderiam figurar:

- a) incentivo à indexação de revistas brasileiras na base ISI ou outras bases representativas (para isso, dever-se-ia buscar a colaboração da Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT etc.);

- b) incentivo a que todas as áreas tenham o seu *Brazilian Journal*, em formato eletrônico, que, no caso das CHS, poderia aparecer em duas versões: em inglês e em português;
- c) estabelecimento de parcerias entre editoras universitárias do Brasil e do exterior para a publicação de livros e apoio financeiro a elas.

Sobre os *Journals* é preciso levar em conta os seguintes aspectos. A experiência do *Brazilian Journal of Urology* indica que o formato eletrônico é o mais adequado no momento, para atingir uma circulação maior, que pode ser aferida e comprovada. É necessário publicar em inglês (em algumas áreas, ainda se admite o francês), se se quiser ser lido. Não se pode desconhecer o papel do inglês como língua franca na atualidade. Evidentemente, só poderiam continuar a merecer incentivos os periódicos que conseguissem indexação em bases significativas. Esses *Journals* precisam ter uma vinculação institucional que permita avaliação muito rigorosa pelos pares. Por isso, não podem ser associados a nenhum Programa de Pós-Graduação. Talvez devam estar ligados a Associações Nacionais, desde que haja uma estabilidade editorial e se convidem para o Conselho Científico os pesquisadores realmente significativos da área. Cabe lembrar que Fábio Wanderley Reis, na reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) de 2006, segundo notícia divulgada pela Agência FAPESP em 26/10/2006, fez uma dura crítica a um traço da cultura acadêmica brasileira, que, de resto, está de acordo com a cultura brasileira em geral, a tendência a não admitir o contraditório. Isso leva a críticas muito brandas, apresentadas sob a forma de questões e precedidas de elogios e rapapés; a tomar a crítica não como discordância de idéias, mas como ofensa pessoal; a não pôr em questão pontos de vista, mas pessoas; a resenhar apenas os trabalhos que se vai elogiar. Essas práticas têm como conseqüência desqualificar os que pensam de maneira diferente; ter uma grande condescendência com trabalhos de baixa qualidade, desde que pertençam à minha linha de pesquisa, à minha posição teórica, ao meu grupo e ter uma concepção religiosa de ciência a presidir ao trabalho acadêmico.

O discurso religioso é o que pretende explicar tudo, qual é a origem do mundo, como apareceram as línguas, de onde viemos, para onde vamos, qual é o sentido da vida. Ele

pretende-se integralmente verdadeiro e, por conseguinte, intangível. A ele deve-se aderir pela fé. O discurso científico, ao contrário, constrói modelos que são aproximações da realidade, que buscam tornar inteligíveis aspectos dos fenômenos estudados. Ele não chega a verdades absolutas e eternas, mas a consensos parciais sobre as explicações para certos fatos. Por isso, a ciência progride sempre. A concepção religiosa da ciência é aquela que, por estabelecer dogmas e anátemas teóricos, dificulta o fazer científico, que implica o debate, a contradição, a dúvida.

As universidades deveriam criar programas de incentivo à submissão de artigos a periódicos internacionais. É necessário dizer que não há, de maneira bastante difundida, essa cultura no domínio das CHS, embora seja preciso esclarecer, em defesa dos pesquisadores dessa área, que grande parte dos números de muitos periódicos importantes das diferentes disciplinas das CHS é temática e, por conseguinte, alimentada com artigos solicitados por encomenda direta de um organizador.

Não seria uma boa política fazer um concurso anual, por área, para definir os dez melhores artigos, cuja versão em inglês seria financiada pela Capes, CNPq ou FAPS, a fim de serem submetidos a revistas internacionais. De um lado, porque essa submissão deve transformar-se num fato corriqueiro em todos os ramos do conhecimento, mesmo naqueles que não têm essa cultura, e o incentivo para isso deve ser das universidades; de outro, porque um concurso, com a diversidade de subáreas, linhas de pesquisa etc. em cada domínio do conhecimento, seria algo muito complicado, a começar pela dificuldade de composição das comissões de avaliação. Não adianta dizer que elas vão fundamentar seu julgamento em pareceres de especialista, pois todos os que trabalham na concessão de auxílios e bolsas sabem como são os pareceres: cheios de concessivas e adversativas, críticas severas e recomendação favorável no final etc. O melhor seria criar um *Journal* em que se tem um Conselho Editorial amplo, em que a periodicidade pode ser mais freqüente de forma a publicar mais de dez artigos por ano.

Estabelecer uma política para a internacionalização da produção científica significa levar em conta a diversidade, a heterogeneidade, a diferença. Todas as áreas, e principalmente as CHS, precisam aumentar sua internacionalização. Mas é

preciso sempre considerar que elas são diversas. Gostaríamos que assim não fosse. No entanto, precisamos aprender a lição de Riobaldo, de *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa (de passagem, gostaria de afirmar que a literatura, ao lado da ciência, é uma das formas de conhecimento do mundo, a que cientistas nem sempre dão o devido apreço):

Baixei, mas fui ponteando opostos. Que isso foi o que sempre me invocou, o senhor sabe: eu careço de que o bom seja bom e o ruim ruim, que de um lado esteja o preto e do outro o branco, que o feio fique bem apartado do bonito e a alegria longe da tristeza! Quero os todos pastos demarcados... Como é que posso com este mundo? A vida é ingrata no macio de si, mas transtraz a esperança mesmo no meio do fel do desespero. Ao que, este mundo é muito misturado (ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1963. p. 210).

Recebido em 12/03/2007

Aprovado em 04/04/2007

Referências

BALBACHEVSKY, E. Uma janela de oportunidades para a sociologia da ciência. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 197-201, 1998.

BROOKES, B. C. Bradford's law and the bibliography of science. *Nature*, v. 224, p. 953-956, dez. 1969.

CASTRO, C. M. Há produção científica no Brasil? *Ciência e cultura*, v. 37, n. 7, p. 165-187, 1985.

FARIA, L. I. L. de. *Prospection technologique en matériaux: l'augmentation de l'efficacité du traitement bibliométrique*. São Paulo, 2001. Tese de doutoramento. Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: <http://quoniam.univ-tln.fr/theses/leandro/LeandroInnocenti_T.pdf> Acesso em: 15 out. 2006.

FONSECA, E. N. *Bibliometria: teoria e prática*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1986.

FRAME, D. Problems in the Use of Literature-based S&T Indicators in Developing Countries. In: MORITA-LOU, H. (ed.). *Science and Technology Indicators for Development*. Londres: Westview, 1985.

Mais um degrau. *Revista Pesquisa FAPESP* – Política de C&T – Indicadores, São Paulo, edição 126, ago. 2006. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/?art=3021&bd=1&pg=1&lg=>>> . Acesso em: 26 out. 2006.

MUGNAINI, R.; JANNUZZI, P.; QUONIAM, L. Indicadores bibliométricos da produção científica brasileira: uma análise a partir da base Pascal. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 2, p. 123-131, 2004.

REIS, E. P.; GÓES FILHO, P. de. As ciências sociais no Brasil. *Revista Parcerias Estratégicas*, Brasília, n. 4, t. 5, p. 109-122, jun. 2002.

SAYÃO, L. F. Bases de dados: metáfora da memória científica. *Ciência da informação*, Brasília, v. 25, n. 3, p. 232-240, 1996.